

---

# A MISÉRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR E A RESPOSTA ANTICOLONIALISTA

## THE POVERTY OF SCHOOL GEOGRAPHY AND THE ANTI-COLONIALIST RESPONSE

Tulio Barbosa<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente trabalho busca evidenciar os problemas epistemológicos da Geografia Escolar ao mesmo tempo em que propõe uma ruptura para a estrutura colonizada do processo de formação docente e das práticas escolares nas salas de aula fundamentado por uma leitura anticolonialista.

**Palavras-chave:** Geografia Anticolonial. Escola. Anti-imperialismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to highlight the epistemological problems of School Geography while proposing a break with the colonized structure of the process of teacher education and school practices in the classroom based on an anticolonial reading.

**Keywords:** Anticolonial geography. School. Anti-imperialism

Em viva memória de Carolina de Jesus, Lima Barreto e João Antônio.

### 1 INTRODUÇÃO

*Cuando el pueblo no lucha, la filosofía no piensa.  
León Rozitchner*

A Geografia como ciência é conservadora e hipócrita, pois o seu conservadorismo está no cânone e no respeito incondicional para com suas categorias de análise interpretadas por profissionais da Geografia e a hipocrisia está em considerar essa ciência realmente crítica sem que produzam uma crítica sobre si mesma. Desde a minha graduação escuto e leio o quanto a Geografia é crítica, reflexiva e plural, mas o que, de fato, vi e vivencio é um amontoado de pessoas que lutam pela hegemonia conceitual e metodológica dessa

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: tuliobarbosa@ufu.br.

Artigo recebido em outubro de 2019 e aceito para publicação em janeiro de 2020.

ciência. Pessoas que desejam exercer o poder vitalício das teorias e paporar o máximo possível todos aqueles que consideram superiores.

Dirão: está sendo agressivo. Eu respondo: sim. Precisamos agredir nosso próprio mundo para que possam notar o quanto o mundo é para além da academia, dos livros didáticos e da sala de aula. A agressão precisa ser teórica, precisa ser transformadora quanto a forma de ver o mundo. Ensinar Geografia nas escolas não pode partir de um conjunto de conceitos e categorias que não expressam a verdade, que ignoram a realidade. Expressar a verdade implica em apontar conceitos que são ignorados, que não são ensinados nas salas de aulas e são impossíveis de serem lidos nos livros didáticos, como poder e violência, esses dois conceitos são transformados em muitas outras coisas, mas não revelam a totalidade de sua força, de sua coação e coerção.

Não se trata de apenas apresentar os conceitos, eles precisam partir dos sujeitos que almejam compreender o próprio mundo em que vivem. As salas de aulas com seus professores e professoras refletem as condições de vida de algum ou alguma intelectual que resolveu olhar para o mundo e despejar um monte de conceitos para que outras pessoas aprendessem esses conceitos e reproduzissem os mesmos de forma fiel. Os conceitos e categorias da Geografia não foram feitos pelos e pelas seringueiras, pelas cortadoras de cana, pelos catadores de latinha, pelas catadoras de recicláveis, pelos/pelas sem-teto, pelas famílias despejadas de suas casas; enfim, a Geografia foi sempre uma Geografia dos vivos e jamais uma Geografia dos mortos. A Geografia dos vivos é a ciência que trata a vida dos conceitos como independente da sua realização, aí criam grupos para estudar cidades médias, metrópoles, favelas, sem-tetos, sem-terras, tudo que movimentam a vida da Geografia para que ela possa olhar diante do espelho enquanto passa batom e afirmar como sou boa, como crítica, como sou capaz de mostrar para pessoas pobres que elas são pobres e mostrar para as ricas como elas são ricas, eis a vida da Geografia, eis uma ciência que vive sobre os escombros dos mortos.

Também existe uma Geografia ignorada, uma Geografia que precisa ser enterrada todos os dias, uma Geografia dos mortos. Tal Geografia parte de constatações prévias e sem qualquer sentido para aqueles vivem entre os mortos, pois essa Geografia fala da grandeza dos temas e problemas do que merece ser constatado como vivo, menciona paisagens e economia, território e povo, nação e desenvolvimento, mas não trata de coisas simples como o desemprego real materializado nos pais dos alunos e alunas das salas de aula, nem na conta de energia que não pode ser paga, nem na água que precisa ser expropriada pelos trabalhadores e trabalhadoras. Essa Geografia dos mortos precisa realmente ficar enterrada, pois quando começamos a analisar a mesma não encontramos subsídios teóricos dos europeus colonizadores para estimular nossas alunas e alunos para com uma crítica empoderadora de seus pensamentos e ações, em outras palavras, essa educação geográfica é um faz de conta, uma historinha que contam para as crianças entenderem que existe um mundo e para as crianças pobres terem uma ideia que esse mundo nunca pertencerá às mesmas.

Desta maneira, a educação geográfica quando comprometida com a materialidade nas suas manifestações políticas tem grandes contribuições para a fundamentação crítica de sistemas políticos e econômicos, desta forma, a preferência por trabalharmos com o anticolonialismo permite avançarmos em temas e problemas ausentes da Geografia Escolar.

## 2 CONTRA OS CÂNONES: LER O PODER E A VIOLÊNCIA

*Mas os pobres eles não se entregam. Eles descobrem  
cada dia formas inéditas de trabalho e de luta  
Milton Santos.*

A prática da sala de aula nas escolas brasileiras realizadas por professores e professoras é trabalho árduo, penoso e cansativo, bem como pessimamente remunerado, e por isso entendemos que os cânones doutrinários da Geografia não efetivam nenhuma libertação, visto que profissionais da educação geográfica não se mobilizam para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, ao contrário tomam para si a luta pela hegemonia teórica e traçam inimigos imaginários, ou seja, o pós-moderno vê no marxista o grande inimigo, a marxista não suporta a positivista, a pós-moderna escreve lindos textos para si mesma, enfim, todas as questões de método são resumidas na luta por uma hegemonização de mundo, mas não um mundo para todos, um mundo que poucos possam viver e menos ainda gozar plenamente o mesmo.

Alguns e algumas profissionais da Geografia cultuam de forma exagerada alguns ícones do pensamento europeu, dentre tais o filósofo nazista Martin Heidegger, os pensadores Deleuze, Guatarri e Derrida, os quais são tratados como sujeitos que apenas pensam a percepção, os colonialistas La Blache, Ratzel, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Marcel Dubois, Paul Claval, Hartshorne, Hettner, Walter Christaller, Johann Heinrich von Thünen, Richard Chorley, Peter Haggett, Carl Troll, David Grigg, Edward Soja, Antonie Bailly, Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Thomas Griffith Taylor, Ellen Churchill Semple, Halford John Mackinder; enfim, cultuam de tal forma que não refletem as consequências diretas dessas teorias colonizadoras para com a formação, de fato, reflexiva de nossas crianças e jovens. Esses geógrafos traduziram todas as vontades exploradoras das Sociedades de Geografia da Europa para com a América Latina e todo o continente africano, traduziram todo horror e morte dessas Sociedades que apoiaram e organizaram massacres, genocídios e exploração de toda forma de vida dos continentes hoje tidos como subdesenvolvidos.

A Geografia tem inúmeros autores e autoras que tratam de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a base dessa Geografia é o econômico, outra Geografia tem como base a percepção que define forma e função para com as relações processadas no cotidiano; assim, temas como natureza, rural e urbano imbricam-se numa lógica definida pelo sentido categórico e anunciam o que é mundo, mostram aos alunos e alunas um mundo que salta do livro didático, dos planos de aula, das teses, mas não efetivam outras possibilidades, logo, a Geografia é uma desfazedora de sonhos, de utopias e de revolução.

Desta maneira, as ideias das categorias ganham o sentido de forma e imagem para os/as estudantes, já que a causalidade da forma é a própria imagem funcional. Assim, a partir de Santos (2011) entendemos que em função de uma forma as condições para pensar as relações são aplainadas pelo domínio categórico de um Estado hobbesiano, de uma globalização neoliberal e uma economia prioritariamente desenvolvimentista e tecnicista; assim, as categorias de análise da Geografia sempre são estruturadas por esses mecanismos de controle da forma, isso é, não se pode pensar as funções antes da forma e essa molda o sujeito para que o pensamento abstrato na capacidade subjetiva seja envolta num modo fechado de encarar a realidade. A escola, como afirmou Enguita (1989), molda-se à fábrica, a forma em série de produzir gente, de reproduzir condições de reflexão, em outras palavras, as formas da escola estão para com suas funções estabelecidas socialmente

na esfera da técnica e do trabalho como impossível de ser efetivado em outros termos mais democráticos, plurais e igualitários.

A Geografia também assume sua responsabilidade de negação da realidade ao não trazer para a sala de aula a vida cotidiana, mas não a vida mecânica do cotidiano. A vida mecânica é aquela que produz os mortos, espaços sem interesse de uma sociedade alienada de si e pronta para entrar em conflito pelas questões macroestruturais (economia e política econômica). Deste modo, os espaços dos mortos são delimitados pela capacidade de consumo, pela forma de se expressar materialmente e somente essa expressão com poder econômico tem capacidade política. A Geografia escolar fala de crítica e reflexão, mas parte de uma condição sem crítica, uma vez que seus conteúdos não trazem possibilidades de pensar o real com a dureza necessária e muito menos promover qualquer transformação da realidade.

A pobreza é numeral, estatisticamente tratada a pobreza não repercute como ela é uma decisão de poucos, tanto nos livros didáticos como nas publicações institucionais de Geografia a pobreza é um dado, não é uma realidade de poder e violência. Os pobres alunos e alunas na sua condição de estudantes pobres são obrigados a compreenderem um mundo burguês que foi criado para que os mesmos permanecem escravizados como alertou Fanon (1968) ao tratar do projeto único de civilização europeia, projeto que o mesmo Fanon denunciou como fracasso para os povos africanos e por isso afirmou: “[...] toda descolonização é um triunfo”. A pobreza nos bancos escolares é um fracasso programado, a escola, portanto, é uma escola de pobres para ensinar o triunfo da pobreza e não o despertar da consciência, de fato, capaz de questionar os fatores limitadores da qualidade de vida, da inoperância política e da atuação do Estado nos espaços de pobres com todo rigor da violência.

A Geografia trata a cidade como desigual, o campo como concentrador, mas esquece de mostrar nas salas de aula que a origem dessas desgraças está na pobreza e no pobre que “assiste” a aula em como ser pobre. A Geografia da população nos livros didáticos é suficiente para que estudantes não possam programar sua vida de uma forma para além do estabelecido culturalmente, impõe a Geografia da população uma forma conservadora de ver a própria reprodução da vida e a ampliação de uma vida que migra, que se desloca no espaço para ir “atrás de sustento”, para ir atrás de uma vida que nunca lhe pertenceu. Os pobres não tem vida, a vida deles é emprestada para que outros possam viver grandiosamente, enquanto o povo pobre resta, conforme Marx (1987), se vender pedaço a pedaço para os capitalistas, vendendo não suas horas de trabalho, sim suas horas de vida.

Santos (2011) aponta como os pobres são fortes criando e lutando novas formas de sobrevivência, ao mesmo tempo essa pobreza é ensinada na sala de aula como distribuição de renda, de concentração de renda, enfim, como emprego e desemprego, como empreendedorismo, como fracasso da vida adulta... Illich (2007, p. 9) salientou que: “A pobreza moderna combina a falta de poder sobre as circunstâncias com a perda de força pessoal”. A pobreza, portanto, é o instrumento da burguesia para dominar a humanidade, para torná-la inapta para uma humanidade sem exploração. Esse poder burguês é materializado nas instituições criadas pela própria burguesia, dentre tais a escola, a polícia, o legislativo, o judiciário e o executivo. Não tendo o povo qualquer possibilidade de interferência direta nas instituições, muito menos capazes de refletirem a destruição e/ou criação de novas instituições, isso se chama nulidade de poder.

Como destacou Illich (2007) a falta de poder sobre as circunstâncias da vida é um projeto diretivo para a população pobre, pois ser pobre no mundo capitalista e colonizador implica em ser colonizado e explorado permanentemente. A Geografia escolar não se preocupa com esses temas, como se o mundo

fosse uma construção a partir das categorias geográficas definidas pelos colonizadores europeus. As categorias que a Geografia se prende são originadas da Europa colonizadora, fundamentada pelas Sociedades Geográficas da Europa que não tiveram a mínima vergonha em praticarem violência em todo continente africano, ao contrário, essa violência era tida como movimento modernizador do continente, como prática avançada do capitalismo e como exploração de recursos naturais necessários para o desenvolvimento econômico da Europa e dos Estados Unidos. Ensinamos Geografia a partir de uma colonização assassina, genocida e praticante das mais terríveis crueldades humanas, isso precisa parar. É preciso ter consciência da origem dessas categorias científicas da Geografia e elas são frutos de um processo de colonização e destruição de uma humanidade escolhida para morrer como aponta a necropolítica de Achille Mbembe (2016) na qual a seleção de uma humanidade e a destruição de outra passa pela constituição de uma moral aceitável para eliminar aquilo que não é considerado capaz de atingir os patamares civilizatórios europeus.

Fanon (1968) enumera a violência do europeu como uma condição permanente desse processo civilizador, essa violência é transmitida também para os conceitos e categorias científicas a partir da classificação de pessoas, funções, raças, paisagens e espaços. O olhar do colonizador promove a ciência e a mesma procurará pela lógica e pelo racionalismo até encontrar caminhos imorredouros para a colonização. Essa ciência colonizadora geográfica direciona os conteúdos, os temas e os problemas para a sala de aula como fundamento de seu poder; assim, os conteúdos mesmo delimitados pelo Estado, seja pela legislação ou pelas publicações institucionais, estarão sempre servindo aos princípios colonizadores.

A colonização europeia e, posteriormente, dos Estados Unidos, não foi interrompida, ao contrário, esse processo civilizatório colonizador permanece e está enraizado nas concepções científicas, de Estado e de povo. O controle colonizador, segundo Fanon (1968), está em confundir a verdade e a mentira, esse controle parte da definição e delimitação do que é o poder. O poder é antes a violência explícita, agora o poder é uma condição de vida, uma forma inquestionável de viver e se comportar social e politicamente para que isso frutifique economicamente. Os iluministas europeus com suas ideias de libertação e acesso geral a modernidade foram a base para a racionalidade colonizadora, pois não houve uma ruptura com as bases científicas do absolutismo ou mesmo da superstição mítica, já que a preocupação central era colocar a razão acima de tudo e construir um sistema seguro de pensamento que não fosse capaz de ser refutado, isso também é um forma de poder com o qual a lógica da crítica somente poderá ser efetivada numa direção.

A categorização do conhecimento como fundamento econômico modelou a concepção de mundo e racionalizou a verdade na lógica de dominação do lucro, assegurando categorias de interpretação da realidade como absolutamente capazes de promover o que se pode esperar de toda humanidade; assim, a ordenação do mundo pelo engessamento racional trouxe uma realidade colonizada e, portanto, ideológica. Desta forma, os projetos colonizadores foram suficientes para enumerar condições de convívio entre a humanidade com um grupo de seres humanos vivos e outros em contínuo processo de morte. A colonização sempre foi um pilar da civilização europeia desde a escravização de mulheres e homens livres no continente africano para serem escravizados no continente americano. A hegemonia ideológica colonizadora empreende dia a dia sua violência por meio de seus postulados de poder, seja pela cultura ou mesmo pela guerra direta. A racionalidade europeia, o ideal iluminista, culminou na Revolução Francesa e na Contrarrevolução permanente, ambas centradas nas ideias da burguesia e na distribuição limitada de poder. A racionalidade revolucionária, aquela que conseguiu usar das ferramentas iluministas e

construir uma autocrítica demolidora, foi tirada dos cursos de formação de professores e professoras de Geografia como Kropotkin, Reclus, Rosa Luxemburgo, Fanon, Amílcar Cabral, Lênin, Marx, Jean Dresch, Lacoste e Mariategui foram ignorados.

A colonização europeia, posteriormente, ficou mais evidente no regime nazista, pois foi o auge de sua colonização, de forma fagocitada a Europa despejou sobre si mesma o resultado de séculos de política e cultura racista e de inferiorização de tudo que não fosse europeu. A singularidade de sua cosmovisão colonizadora está na imposição constante de uma forma de ver e interpretar o mundo a partir de um conjunto de conhecimentos racionalizados e de valores estruturados socialmente, dessa forma, classificam os seres humanos para que uns tenham vida em abundância e outros tenham sua vida perdida.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2016, p. 135).

Mbembe (2016) aponta que a relação entre ciência (razão) e valores (imaginação) se inscreve materializada numa ordem dominante de ação, essas ações foram racionalmente constituídas como soberania diante de todos os outros povos da humanidade; assim, o colonizador europeu atribui para si mesmo valores que somente poderão ser refutados pela lógica que os mesmos criaram. Essa lógica atinge diretamente a materialidade cotidiana visível no espaço e essa espacialização dos sujeitos é concentrada na lógica de dominação e refutação de tudo que não seja exatamente colonizado. Os conceitos que Mbembe (2016) trabalha colocam em evidência a maldade dos europeus colonizadores frente a composição da ciência geográfica, os atributos científicos da Geografia são usados como formas de controle, como prisão justificada pelos valores colonizadores; assim, a ocupação colonial é demarcada pelas relações espacializadas e essas promoverão a hierarquização não apenas de pessoas, mas, sobretudo o direito da existência ou não dessas pessoas. O espaço, portanto, como a matéria-prima da opressão, é a seleção do necropoder, isso é a direção da ação sobre os povos colonizados num dado espaço estabelecendo uma política de morte que somente poderá ocorrer pela ação da violência e pelo poder inquestionável dentro da lógica europeia.

O espaço não é um dado geográfico, não pode ser inocente nessa relação, ele é uma categoria que afina violência e poder nos bancos escolares sem que se preste a devida atenção a origem desse e como essa relação permite a destruição de tudo que não é colonizado e devidamente burguês. O espaço geográfico na escola é um espaço de delimitação de poder ao mesmo tempo espaço de vida ou de morte. O poder surge como inefável nessa condição espacial, não é mensurável na compreensão dos alunos e das alunas e passa a fazer parte de uma imposição permanente sem reflexão, já que o poder espacializado é organizado nas

formas de lugar, território, paisagem e região. Essa organização das categorias geográficas parte sempre do poder espacializado e esse mantido pela opressão e violência.

A universalização das categorias e conceitos geográficos é extremamente incapaz de elencar as resoluções dos problemas reais nas escolas, porém as escolas insistem em currículos homogeneizados por ideologias produtivistas, tal como a Base Nacional Comum Curricular antecedida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. A programação dos conteúdos na ordem curricular tem fundamento delimitado pelo iluminismo através da padronização de leis sociais e naturais objetivadas sendo a origem dessa razão a partir de uma abstração do conhecimento pela racionalidade conforme apresenta Lessa (1996) ao tratar a sociedade numa ordem racional deduzidas da imutabilidade da mesma. A educação geográfica, nesse sentido, parte da categorização da universalidade da razão e da imutabilidade dos processos de reflexão, tendo a relação sociedade e natureza uma exigência econômica produtivista.

Toda a lógica capitalista tem sua origem na promoção do colonialismo por meio da hegemonia da prática econômica, do desenvolvimento tecnológico dos países exploradores e os valores moralizantes; assim, as relações de produção constituem a totalidade social, cultural e política. Os mecanismos de coação e coerção sociais são atendidos pela demanda irrestrita da exploração constituída como necropoder, como violência institucionalizada pelo Estado e pelas relações internacionais garantidas por organismos defensores do mercado global. Dessa maneira, os conteúdos selecionados para ensinar Geografia partem da lógica coercitiva e mecanicista de mundo, pois os conceitos e as análises desses pelos alunos e alunas sempre são pautados na forma de produzir e reproduzir as relações de trabalho e de capital, com isso a natureza passou a ser matéria-prima ou recursos naturais, o povo brasileiro se tornou população economicamente ativa ou massa de desempregados, o Estado inquestionável e a espacialização dessas condições como meros projetos conceituais. Aborta o ensino de Geografia qualquer aprimoramento crítico quanto a luta de classe no cotidiano do povo pobre e miserável, tendo livros didáticos e currículos preocupados ainda com o conhecimento enciclopédico colonizador; assim, paisagens e regiões distintas apenas serão singulares nos seus mecanismos de apropriação gnosiológica e cultural mediada pelas necessidades valorativas criadas pelo modo de produção capitalista, os territórios expressam as zonas de poder, mas um poder que o povo explorado não tem (ainda!), bem como o lugar é o ponto ontológico para vivenciar uma paz e uma memória consumida pelas exigências do mercado e da sobrevivência necessária.

Dirão alguns que sou radical. Confirmo minha radicalidade. É preciso questionar a Geografia para compreender seu compromisso (consciente ou não) com os valores colonizadores, com a anuência para a exploração. Assim, é importante considerarmos que alunas e alunos refletem o mundo a partir de suas espacializações, de seus cotidianos imbricados às escalas de poder e violência que operacionalizam as delimitações para que estudantes pensem o mundo objetivamente, todavia, essa objetividade é circunscrita e subscrita no papel reacionário do colonialismo. Estudar o mundo pelas categorias geográficas implica em delimitar o mundo por um conjunto racional de forças que expressam uma linguagem e uma simbologia geográfica vinculada aos interesses das instituições que detêm o poder (tanto econômico como cultural e científico), assim Lefèbvre (2002, p. 63) assinala:

No conhecimento, a divisão do trabalho transforma-se em instituições (científicas, culturais) com seus quadros e aparelhos, suas normas e valores e hierarquias correspondentes. Essas instituições mantêm divisões e confusões. [...] Nascidas da/na divisão social do trabalho, isto é, no mercado, essas instituições a servem, a adotam adaptando-a conforme o caso.

Da mesma forma os conceitos e categorias são instrumentalizados para terem o efeito desejado de toda uma cosmovisão, de uma forma específica para olhar e ser no mundo. As categorias geográficas são eficientes nessa divisão do trabalho e na promoção de hierarquias de conhecimento. O conhecimento geográfico flui quando o sujeito e o objeto são processados para promoverem uma eficácia científica subordinada aos interesses das instituições políticas, econômicas, científicas e culturais como assinalou Lefèbvre (2002), logo, aquilo que é categorizado pelas instituições, principalmente científicas e escolares, tem uma formulação funcional e tem uma finalidade- que interpreta a realidade por meio de conjunto de informações próprias da linguagem e dos símbolos que são delimitados científica e socialmente.

Diante disso, na sala de aula as categorias geográficas são estruturas simbólicas organizadas numa linguagem positivista e são apresentadas de forma dialética, tentam romper o tradicionalismo, mas são tradicionais e incapazes de avançarem para condições reais de luta no cotidiano. A Geografia escolar precisa apresentar a vida espacializada e essa vida é uma contínua luta movida por diversas forças que agrupam o poder e detêm legalmente o aparato e o aparelho necessário para exercer a violência. Toda nossa Geografia parte de instituições racistas, preconceituosas, colonialistas e violentas, essas mesmas instituições dotaram o conhecimento de uma forma e de uma finalidade, por isso não podemos seguir a colonização como meta científica, precisamos romper em sala de aula e construir o conhecimento devastadoramente crítico. As instituições científicas e culturais europeias desde o século XIX motivadas pelo iluminismo se organizam para homogeneizar o conhecimento e a finalidade da própria vida.

A Geografia ora materialista ora idealista tem uma roupa diferente costurada pelas ideias das Sociedades Geográficas e dos geógrafos instrumentalizados pelo Estado para pilhar, sacar, destruir e violentar os continentes africano, americano e asiático. Lefèbvre (1979, p. 221) afirmou que: “Os piores idealistas são os que querem viver segundo a “essência” do amor, ou da justiça, ou do pensamento”. Esses humanistas para Lefèbvre (1979) são embusteiros do cotidiano e buscam uma linguagem refinada com as obras de Edgar Morin ou Boaventura de Souza Santos para compor um amor que só se manifesta na estrutura de dominação e enquanto o dominado estiver e for cativo. Sobre esse humanismo Aimé Césaire (1978) trata desse embuste ao mostrar como o amor cristão propagado pela civilização europeia é uma prática de destruição, como os conceitos e as análises de mundo são propositalmente embrutecedora, isto é, os colonizadores na África aprenderem a olhar para as crianças famélicas, fome que os europeus mesmo criaram, e não terem nenhum sentimento, mas esses covardes não tem qualquer receio em roubar a comida dos africanos para vender para outros continentes e se enriquecerem.

Aimé Césaire (1978) demonstra essa brutalidade, essa violência sem pudor; assim, a Geografia na escola fala de fome e miséria com a mesma naturalidade que amarra um cadarço que deixou desconfortável o pé no sapato. A violência das categorias e conceitos é explicado por Aimé Césaire (1978, p. 19): “No fim do capitalismo, desejoso de se sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler”, enfim, Hitler foi uma encarnação de um processo materializado pelas questões históricas oriundas dos valores morais e sociais da colonização, sem colonização e o ensinamento desses valores não existiria Hitler, mas como o filósofo e poeta Aimé Césaire aponta sim, infelizmente, há Hitler mesmo num humanismo de renúncia, pois Hitler é a força que violenta a ciência e a lógica europeia, a ascensão do fascismo e do nazismo em pleno século XXI em todo o mundo mostra a evidência desse processo histórico, não é simples

a vitória dos fascistas no Brasil, essa vitória ocorreu pela existência permanente de Hitler nas nossas escolas, na incapacidade da Geografia denunciar e partir para outra Geografia anticolonial e mostrar que o massacre humano pela fome, pela opressão, pelo racismo, pelo preconceito e pelo ódio não é comum. A miséria humana é apenas um pedaço de sal dentro de um sonho de padaria, incomoda e depois passa, pois é dominado pelo açúcar dos conceitos e categorias os quais, desgraçadamente, há Hitler.

Tanto as categorias como os conceitos demonstram uma lógica de consumo sobre o espaço e direciona alunos e alunas para pensarem a própria espacialização pelos limites dados, já que a escola e a Geografia escolar são construções que levam, invariavelmente, para respostas prontas, para uma certeza que não admite dúvidas. A Geografia escolar criou um mundo certo, sem dúvidas ou quando direcionado para as categorias da Geografia analisadas por professores e professoras formadas por um grupo de teóricos colonizadores.

É preciso compreender que as categorias geográficas são abstrações fundamentadas simbolicamente e objetivadas para dar sentido ao conjunto racional de informações os quais promoverão a experiência pedagógica e geográfica em sala de aula; assim, até mesmo o cotidiano não foge de certezas e o caminho para a vida adulta daquelas crianças e jovens também está certa, já tem uma direção possível. As categorias dão sentido a experiência do pensar geográfico por um sujeito construído socialmente, porém essa espacialização da sociedade também é fixada como certeza oriunda dos mecanismos colonizadores, dos fundamentos genocidas do capitalismo colonizador; assim, explorar a natureza e a sociedade é coisa comum e corriqueira, centenas sendo enterrados vivos por uma empresa que foi privatizada no governo Fernando Henrique Cardoso e deixando uma brutalidade indescritível em Mariana e Brumadinho não pode ser tratado como tragédia é preciso inscrever na organização do poder e na produção da violência, pois as categorias geográficas não aplicam a morbidez da violência e a brutalidade do poder preferem dizer que o espaço é múltiplo e que existem condições socioterritoriais para entender a Geografia.

Fundaram uma escola de propagação de conceitos e categorias da Geografia com colação de grau e festa de formatura, todos os dias surgem novos conceitos e esses imbricados a academia que é essencialmente colonizadora, pois não admite que o seu poder seja colocado em xeque. Essa escola de conceitos apenas produz palavras: cidades médias, socioterritorialização, eixo de desenvolvimento, mapa da exclusão... e absolutamente nada é incorporado na escola como máquina de dúvida, como movimento para fundamentar outra sociedade mais igual e plural. O absurdo é a utilização de autores conservadores e colonialistas como libertadores, tal como as inúmeras citações do nazista Heidegger em trabalhos da Geografia. É preciso parar de criar conceitos e pensar em toda violência exercida pelo poder econômico e político na efetivação de discursos e práticas pedagógicas que demonstrem o horror da espacialização da nossa vida cotidiana. Nesse sentido é fundamental refletir na dura realidade do dia a dia até que ponto o espaço, o lugar, a região, o território e a paisagem contribuem para transformar efetivamente a realidade na totalidade não emancipatória do capitalismo? Alain Badiou (2012, posição 88) nos reporta em outras palavras a questão que aqui fizemos:

Aliás, os genocídios e as matanças coloniais, os milhões de mortos das guerras civis e mundiais pelos quais nosso Ocidente forjou seu poder poderiam muito bem desqualificar, aos olhos dos mesmos “filósofos” que incensam sua moralidade, os regimes parlamentares da Europa e da América. O que restaria aos nossos escrevinhadores dos direitos para fazer o elogio da democracia

burguesa como única forma do Bem relativo, eles que só vaticinam contra o totalitarismo acorados sobre montanhas de vítimas? O que restou do labor dos “novos filósofos”, que nos iluminaram, isto é, emburreceram durante trinta anos? Qual é o último destroço da grande máquina ideológica da liberdade, dos direitos humanos, da democracia, do Ocidente e de seus valores?

Badiou (2012) inserido na luta anticolonial denuncia o Hitler que Aime Césaire (1978) nos alertou em cada espaço da nossa vida ocidentalizada pelos princípios anticoloniais e pelas práticas da violência dessa colonização. As categorias geográficas estão inseridas nessa lógica: liberdade, democracia, direitos humanos, enfim, são conceitos que não se efetivam na totalidade prática na instrumentalização pedagógica e não são apresentados como realidade possível. Os e as teóricas do ensino de Geografia estão mais preocupadas em instrumentalizar seus conceitos do que criarem um conjunto de questões e práticas para a superação dessa hipocrisia ideológica como máquina de libertação que na verdade aprisiona. Mais e mais intelectuais assumem a peça do destino para o ensino de Geografia, todavia não tratam a origem desses conceitos e ficam na superficialidade da democracia burguesa fundada pelos mesmos genocidas dos povos dos continentes americano e africano.

### **3 CULTURA ESCOLAR ANTICOLONIALISTA**

*Ni la burguesía, ni la pequeña burguesía en el poder  
pueden hacer una política anti-imperialista.  
Mariategui*

O primeiro ponto para refletirmos a cultura e seus desdobramentos oficiais e institucionais como pensamento hegemônico é compreendermos as ações que se efetivam no ambiente social de aprendizagem, pois o aprendizado não se faz apenas nos espaços institucionais, sobretudo, no cotidiano que algumas vezes pode contrapor aos ditames da cultura INSTITUCIONALIZADA. A cultura institucionalizada e vivificada pelo Estado nas suas múltiplas dimensões age no cotidiano como estagnação de formas de pensar e dos modos de vida. A cultura, portanto, é o elo que fornece informações essenciais para a existência de seres humanos vinculados ao papel que devem representar para a convivência “pacífica” e “ordeira”, bem como tudo que foge dessa “normalidade” impositiva não é compreendido como referendado socialmente e, logo, não é compreendido como social, por isso toda cultura que não nasce da legitimação dos valores hegemônicos positivistas do Estado burguês não é considerada cultura, toda cultura anticolonial é desprezada e acusada de assédio contra os princípios da moralidade burguesa. Assim, cultura é o esforço contínuo da normalidade ofertada pela produção capitalista organizada pelo Estado burguês com origem colonialista e práticas permanentes de colonização.

Cultura é o conjunto de valores e práticas que permitem o reconhecimento da humanidade no outro, o problema é que essa humanidade é selecionada por um padrão de normalidade que não afeta a ordem vigente dos meios de produção e da administração do Estado. Esse padrão é uma repetição, uma continuidade de uma fonte “segura” forjada pelo Estado e esse gerenciado por grupos econômicos os quais precisam desse “tipo” de cultura para ter esse “tipo” de humanidade. A cultura, historicamente, fundada pelo Estado brasileiro é uma adaptação grosseira dos modos de vida da burguesia europeia e estadunidense apoiadas em valores morais que não reconhecem a cultura daqueles não fazem parte do “tipo” selecionado, mas, sobretudo, é uma cultura colonizada e que coloniza seu próprio povo.

Desta forma, a cultura não pode ser hegemônica na sua avaliação, precisamos de questionamentos para que todos os modos de vida, todas as práticas cotidianas dos sujeitos e todos os agentes sociais sejam compreendidos na sua singularidade e essa, e vice-versa, na coletividade. Compreender a cultura é avolumar o sentido existencial da própria humanidade e não promover uma humanidade seletiva, excludente, preconceituosa e racista, enfim, colonialista e colonizada.

O estudo da cultura, portanto, precisa partir de uma crítica anticolonial, isso implica em compreender a cultura institucionalizada como colonizada. A reconstrução das questões para o entendimento da cultura vocifera com o cotidiano, nas suas dimensões históricas e geográficas, ao elencarmos a dicotomia sujeito-sociedade e refletirmos quanto ao tamanho de cada um na propagação de valores morais que se efetivam na prática social. A cultura hegemônica colonialista prima por um discurso individualista em oposição ao coletivo, deste modo, criam um fundamento legal para a moralidade individualista e tudo que lembre coletividade é abertamente criticado das formas mais desonestas e preconceituosas como salientou Fanon (1968) ao tecer a linha crítica a civilização europeia colonizadora de princípios da humanidade.

A cultura hegemônica institucionalizada é, antes de tudo e em última instância, individualista (BADIOU, 2012). Essa cultura individualista promove relações cotidianas que são justificadas pelas práticas políticas, sociais e econômicas subordinadas ao sentido moralizador da propriedade privada. Neste sentido, a propriedade privada é tomada como materialização da moralidade e tudo se justifica socialmente para a obtenção da mesma. A Constituição brasileira de 1988 oferece uma releitura para a propriedade privada ao inserir a mesma na função social atrelada aos princípios da dignidade humana, todavia esse efeito constitucional é praticamente nulo na sociedade brasileira, pois a cultura hegemônica é oposição permanente à função coletiva de qualquer propriedade. A lei máxima garante, mas a prática impede, trata-se de um judiciário investido pelo poder e praticante da violência do silêncio ao impedir que milhares de famílias tenham casa e dignidade humana. A Geografia escolar fala em dados, em números de casas, em déficits habitacionais, mas não enumera como cultura para o povo pobre a naturalização de não terem nada, nem mesmo um espaço nesse planeta tão grande.

Culturalmente esse “mundão” tão grande não dá direito aos pobres, aos miseráveis, aos explorados terem se quer um metro quadrado de dignidade, não estamos aqui falando em propriedade privada, mas em capacidade de ser inserido na espacialidade da dignidade humana, nem mesmo a cultura do respeito real para com os direitos humanos é ensinada nas escolas e a intelectualidade geográfica gaba-se mais uma vez de um novo conceito enquanto pobres são despejados de espaços que foram confiscados pelo capitalismo com uma naturalização assustadora.

A cultura, portanto, é para o ensino de Geografia a fundamentação da lógica cotidiana, por isso é oportuno pensarmos como a cultura social está na cultura escolar. Inúmeros vídeos em escolas públicas e privadas estão disponíveis na internet, esses vídeos tratam de crianças e jovens pedindo a volta da ditadura militar, outros vídeos mostram pessoas chorando e implorando para que os militares voltem e assumam definitivamente o poder. A aclamação a ditadura é prova real quanto ao estabelecimento de uma cultura nacional que não expulsou Hitler de suas entranhas, ao contrário trouxe novos nazistinhas e isso se deve a uma cultura escolar que prioriza a certeza e o apoio científico sobre autoridades, tal como a formação de professores e professoras de Geografia.

A construção sobre modelos hierárquicos de conhecimento e a infalibilidade categórica são originados de uma presunção colonialista que não permite a crítica a própria ciência geográfica. Os mecanismos de controle do conhecimento também exercidos pela ciência geográfica repercutem diretamente na cultura escolar e na forma de atuação dos sujeitos em sociedade. A Geografia também tem seus mecanismos de controle quanto ao livre pensamento e a criação para a solução de problemas, pois estão autorizados a comunicação científica apenas um grupo reduzido de humanos iluminados, mesmo suas teorias não impactando, de fato, a realidade. A educação geográfica tanto na escola como na universidade não produz seres humanos críticos na proposta de intervenção da realidade, ao contrário fundamenta certezas inabaláveis.

A cultura inabalável é a hegemonização de valores que estão atrelados ao modo de produção capitalista e a materialização desse no processo de colonização. É importante, como nos lembra Rozitchner (2011) que a constituição das certezas está vinculada ao mundo edílico promovido na infância, o lócus da esperança e dos projetos de vida são instaurados nas oportunidades socializantes das crianças, logo a educação tem um papel fundamental nesse processo podendo colonizar ou anticolonizar.

Recentemente, no ano de 2018, um professor do curso de Direito da USP causou polêmica ao bater continência em uma de suas aulas para a ditadura civil-militar de 1964, pois o mesmo oportunizou sua fala para deslegitimar todo movimento social que se opôs aos ditames, torturas e mortes do regime ditatorial brasileiro iniciado em 1964. Esse professor, Eduardo Lobo Botelho Gualazzi já em 2004 ministrou uma aula, e também a publicou no seu blog pessoal, promovendo a ditadura no Brasil como algo positivo. Gualazzi (2004) inicia com a memória do dia 31 de março de 1964 citando sua juventude e como incorporou aqueles valores e práticas políticas ao seu cotidiano pessoal e profissional. Gualazzi assim escreveu:

Recordo o passado. Em 31 de março de 1964, uma terça-feira, eu era um jovem, com dezessete anos de idade, estudante no Primeiro Ano do Curso Clássico Dante Alighieri, em São Paulo/SP, onde nasci em 17 de dezembro de 1946. Durante minha infância/adolescência consolidei em silêncio minha opção íntima pelo seguinte perfil de personalidade, em ordem alfabética: a) aristocratism; b) burguesismo; c) capitalismo; d) direitismo; e) euro-brasilidade; f) família; g) individualismo; h) liberalismo; i) música erudita; j) panamericanismo; k) propriedade privada; l) tradição judaica-cristã.

Os valores que Gualazzi enumeram precisam ser pensados de forma direta quanto a formação cultural de professores e professoras nos cursos de licenciatura em Geografia, precisamos observar cada um desses e quanto mais olhamos, mais entendemos que esses valores colonizantes e colonizados estão diretamente consorciados entre a universidade e a escola na atuação inicial da formação docente e, posteriormente na prática docente. A universidade é ainda aristocrática, ainda prevalece uma ideia de classe média misturada com nobreza, alguns docentes formadores e formadores de outros e outras docentes apresentam uma visão de mundo irrefutável torneada pelas experiências dos autores e autoras que não tem um compromisso de mudança significativa da sociedade, já que o compromisso é com os conceitos bem feitos, bem bonitos e bem dispostos numa prateleira para ser pegos quando forem necessários para enfeitar algum texto. A disponibilidade

aristocrática da ciência geográfica é demonstrada pelo distanciamento de uma Geografia que não se faz na academia, uma Geografia do cotidiano, das experiências e da luta efetiva contra o estabelecido por pessoas que sentem o peso de serem pobres, desempregados, homoafetivos numa sociedade homofóbica, mulheres numa sociedade machista, enfim, os conceitos e as categorias não buscam atingir a derrubada desse aristocratismo que fundamenta toda uma mediocridade epistemológica. Não é possível ser aristocrata sem ser burguês, sem ter o compromisso com a classe que manda e organiza o espaço para que exista pobreza para muitos e riquezas para eles mesmos. Assim, uma ciência geográfica anticolonial é amplamente democrática e anticapitalista.

Gualazzi nos alerta ao tecer seus valores de como os mesmos estão imbricados à Geografia, o aristocratismo acadêmico, o capitalismo instaurado nas formas de avaliação e na didática, nos programas de pós-graduação pela sua elevada competitividade, pela classificação individualista no processo educacional e pelo distanciamento da coletividade e da comunidade nesse processo. O capitalismo está na formação docente nas práticas que inviabilizam didáticas coletivas, avaliações solidárias e práticas questionaras diretas da realidade.

Gualazzi também enumera ser de direita em uma composição cultural euro-brasileira, pan-americana e judaica/cristã; assim, apresenta que existe uma determinação cultural dada pelo domínio cultural europeu e dos Estados Unidos, ao lermos nossos referenciais encontramos inúmeros europeus e estadunidense, a maioria vinculada aos projetos colonizadores disfarçados de crítica ou mesmo de superação da condição da modernidade, isso implica em pensarmos a Geografia vinculada a base econômica capitalista, ao desejo de superação do subdesenvolvimento pela cópia do desenvolvimentismo dos colonizadores, mas esquecem que os países colonizadores fizeram guerras e exterminaram povos. Esquece a formação docente de Geografia que suas principais categorias são oriundas de uma chamada cultural conservadora, excludente, fascista e capitalista. Nega a Geografia por décadas no Brasil a cultura indígena e africana, pelo direcionamento de uma cultura erudita europeia, tendo professores e professoras desprezando pensadores e pensadoras africanos, indígenas e afro-brasileiros. Isso implica em desconsiderar os perigos de uma cultura colonizadora e imperialista.

José Carlos Mariategui em 1929 escreveu “Ponto de vista anti-imperialista” no qual alertava quanto ao perigo da cópia que nós latino-americanos fazemos quanto ao continente europeu, essa cópia prossegue na indefinição das lutas na incapacidade de superar a ideia da classe dominante sobre o Estado e o papel desse na fundamentação do próprio sentido da existência do povo. A luta de classes é suprimida da construção cultural e a pequena burguesia e a classe média insistem num projeto de vida que coincide com o projeto de um Estado burguês, no caso do Brasil, um Estado colonizado. Mariategui (1929, s.p) apontou que: “La pequeña burguesía es, sin duda, la clase social más sensible al prestigio de los mitos nacionalistas”, assim, a ideia de Estado no Brasil coincide com os projetos imperialistas e tem como “soldados” a pequena burguesia.

O problema é que essa pequena burguesia fundamenta o projeto e as práticas universitárias é essa classe que domina as universidades e configura a racionalidade iluminista para o sentido da produção. A produção acadêmica avoluma-se na promoção das categorias constituídas culturalmente, com isso os valores culturais dominantes determinam as experiências pela linguagem, pelo dizer das próprias categorias e a vigência de uma verdade passa a ser apenas palavras. Precisamos ir na contramão heideggeriana, para além das palavras bonitas que não efetuam o sentido de transformação, pois o ser humano não é parte do nada heideggeriano e nem de sua presença, mas, faz parte de

uma condição material imposta e de uma estrutura espiritual que tenta enganá-lo do seu sentido de coletividade; assim, não se trata de apresentar a vida como possibilidade, já que a responsabilidade está em desorganizar o que chamam de vida, o empenho virá não no sentido da individualidade para assumir o sentido de uma vida que nunca pertenceu aos pobres e nem a classe média, uma vida anticolonial se faz com uma nova vida.

### **CONSIDERANDO QUE...**

A Geografia é uma ciência conservadora e a formação docente parte dos princípios colonialistas não poderemos reconstruir os fundamentos da educação para uma espacialidade anti-imperialista e anticolonial. As categorias e conceitos geográficos são instrumentos de poder para pensar e constituir a espacialidade de todos, desta maneira, a escola pela Geografia pretende controlar as formas de emancipação espacial ao mesmo tempo em que tem o controle da “fala” e da manipulação da realidade que é espacializada. A Geografia, portanto, fabrica o poder para entender a violência exercida pelo poder colonizador, esse poder da Geografia é limitado nas atividades acadêmicas e escolares não tratando da realidade genocida para os pobres e nem da violência efetiva da própria Geografia que se nega a ser realmente eficiente na reflexão e na intervenção do espaço.

### **REFERÊNCIAS**

- BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola, o trabalho atual como forma histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUALAZZI, E. L. B. **Continência a 1964**. Disponível em: <http://eduardolobobotelhogualazzi.com.br/page/7/>
- ILLICH, I. **Sociedades descolarizada**. Porto Alegre: Deriva, 2007.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LESSA, S. **Iluminismo e marxismo: a questão ontológica**. 1996. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf902/iluminismo-e-marxismo/iluminismo-e-marxismo.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- MARIATEGUI, J. C. **Punto de vista anti-imperialista**. 1929. Disponível em: [https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/ideologia\\_y\\_politica/paginas/punto%20de%20vista.htm](https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/ideologia_y_politica/paginas/punto%20de%20vista.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.
- MARX, K. **Trabalho assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1987.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes**, n. 34, v. , p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- ROZITCHNER, L. **Materialismo ensoñado: ensayos**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2011.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Saraiva, 2011.